

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS. Daniela Cristina Barros de Souza, Elisa Tomoe Moriya Schlünzen. – Educação – Pedagogia – Departamento de Matemática Estatística e Computação – Faculdade de Ciência e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

A inclusão de pessoas com deficiências, quer no aspecto social, escolar, digital entre outros, adquiriu importância para mim no decorrer da minha graduação, especificamente no curso de Pedagogia da FCT/UNESP de Presidente Prudente como também por experiências anteriores, por meio de contatos com amigos e parentes que possuem algum tipo de deficiência. Uma vez sendo uma área de interesses, passei a buscar embasá-la com prática e teoria através de estágios específicos e de participação em grupo de pesquisa¹. Contudo, imersa nessa vastidão de temáticas abordando a inclusão, fez-se necessário efetuar um recorte em termos de investigação, levando-me a perceber que durante meus estudos o que se destacou como real problemática para mim foi a questão das pessoas com Deficiência Mental ou Atraso Cognitivo.

De acordo com Krynski (1969), a Deficiência Mental caracteriza-se por um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações sensíveis do funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança.

Entretanto, a pessoa com Deficiência Mental deve ter suas potencialidades trabalhadas em detrimento da análise apenas de suas impossibilidades. Fica claro que seu ritmo de desenvolvimento é mais lento que o das pessoas “normais”, apresentando dificuldades bem elevadas, ou seja, sendo quase que impossível, para eles, resolver problemas abstratos. Porém, tal fato não impede que se desenvolva no campo social, educacional, entre outros.

Baseada nestas classificações e por meio de um estágio focado no uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC)² para a inclusão das pessoas com deficiência mental, tive contato com dois jovens que por um período de aproximadamente dois anos foram meus alunos no projeto³, em que atuava como estagiária. Essa experiência possibilitou-me perceber que tais sujeitos, apesar de suas dificuldades, apresentavam conhecimentos bastante significativos em termos de alfabetização e que diante das atividades do computador conseguiam efetuar-las bem, levando-me a questionar por que não estiveram e não estão incluídos em nenhuma escola regular de ensino.

Cabe salientar que os sujeitos já tiveram ou têm acesso aos serviços prestados por instituições de apoio às pessoas com deficiências, o que contribuiu para que fossem alfabetizados e tivessem contato com outras disciplinas “escolares”. Mesmo assim, a partir da definição do que é educação, a constituição federal não admite o oferecimento de ensino fundamental em local que não seja escola. Essas instituições de educação especial já foram centros, os únicos lugares onde as pessoas com deficiências, não contempladas na constituição anterior a 1988, teriam acesso à educação, ainda que no âmbito da assistência. A nova LDBEN, portanto, permite uma nova interpretação do que é “Educação Especial”, tomando-a agora como um atendimento educacional especializado, responsável por garantir que sejam reconhecidas e atendidas as peculiaridades de cada aluno com deficiência e não mais como a responsável por garantir o ensino a essas pessoas.

¹ O grupo de pesquisa ao qual me refiro é “Ambientes Potencializadores para a Inclusão (API)”, devidamente cadastrado no CNPq cujas investigações estão relacionadas a Educação Inclusiva, Informática aplicada à Educação e Formação de Professores.

² “Nome dado a equipamentos, redes e aplicativos que se articulam para processar, armazenar e comunicar informação e conhecimento”. (GESAC, 2004)

³ Um dos projetos referentes ao Grupo API é o “Acompanhamento”, em que utilizamos recursos das TIC como ferramentas potencializadoras de habilidades para trabalhar com sujeitos dos mais diversos tipos de deficiências para melhorar o seu desenvolvimento em termos de aprendizagem, bem como para promover sua inclusão digital, escolar e social. A metodologia de trabalho que empregamos parte da abordagem construcionista, que propõe que para que haja uma aprendizagem significativa o aluno participe da construção do conhecimento, agindo sobre algo que parte do seu contexto de interesses (VALENTE, 1991).

A tendência atual é que o trabalho da Educação Especial garanta a todos os alunos com deficiência o acesso à escolaridade, removendo barreiras que impedem a frequência desses alunos às classes comuns do Ensino Regular. Assim sendo, a Educação Especial passa a ser entendida como modalidade que perpassa, como complemento ou suplemento, todas as etapas e níveis de ensino. Esse trabalho é constituído por um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio colocados à disposição dos alunos com deficiência, proporcionando-lhes diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades de cada um. (PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO, 2004, p.11)

Pode-se dizer, portanto, que esse novo conceito para Educação Especial supera a idéia de que ela poderia substituir os serviços educacionais comuns. Ainda que algumas crianças, adolescentes e jovens apresentem diferenças bastante significativas, essas pessoas têm direito à educação em um ambiente que não seja segregado. Estabelece-se, assim, que o direito ao atendimento educacional especializado previsto nos artigos 58, 59 e 60 da LDBEN (Lei 9394/96) e também na Constituição Federal, não substitui o direito à educação oferecida em classe comum da rede regular de ensino, mas funciona como um complemento, podendo compará-lo como similar aos cursos de artes, informática, línguas, esportes, tendo o único diferencial que o atendimento especializado é tão importante para as pessoas que têm algum tipo de deficiência que é garantido pela própria Constituição Federal.

Levando em conta tais aspectos, vale ressaltar que as experiências dos sujeitos em instituições especializadas, ainda que tenham tido contato com conteúdos escolares, não pode ser considerada como inclusão. Dessa forma, para analisar as causas da “exclusão” desses sujeitos do ambiente escolar, faz-se necessário debruçar sobre as tentativas de inclusão dos mesmos na rede regular de ensino.

Pode-se dizer que ambos os sujeitos da investigação estão na idade adulta e em consequência da idade, das dificuldades inerentes à deficiência e da falta de propostas palpáveis para uma efetiva inclusão na época, os sujeitos vivenciaram algumas experiências mal sucedidas de inclusão em sua infância e adolescência, muitas vezes por um período de apenas dias. Na realidade, vieram a experimentar um maior contato com salas regulares, com alunos “sem deficiência” depois de adultos, em projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou supletivos. Uma vez que esse tipo de ensino possui módulos referentes ao Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), seria possível pensar em uma efetiva inclusão desses sujeitos em sala. Entretanto, assim como das outras vezes, a inclusão escolar não ocorreu.

Dessa forma, o que se pretende com essa pesquisa é investigar como foram essas experiências de inclusão escolar e o que ocorreu, focando nas problemáticas que inviabilizaram sua efetivação, resgatando no discurso por parte dos professores suas dificuldades e justificativas. Também serão levados em consideração os relatos do processo pelos pais encontrando respaldo e subsídios para analisar tais fatores dentro da própria Lei e das propostas pedagógicas disponíveis para viabilizar a inclusão escolar de pessoas com Deficiência Mental.

De acordo com Omote (2004), já há muito sobre educação inclusiva nos discursos educacionais. O que se busca, agora, é encontrar “debates baseados em argumentos cientificamente defensáveis com as evidências empíricas criteriosamente registradas” (p.3). Visa-se, portanto, analisar quais as mudanças introduzidas no cotidiano escolar relativamente à inclusão, em outras palavras, é necessário estudar as experiências práticas de inclusão, revendo em que medida tiveram êxito (e através de qual estratégia isso se deu) ou não.

Em suma, essa pesquisa tem por objetivo analisar o processo de tentativas de inclusão escolar de duas pessoas com quadro clínico de deficiência mental, uma considerada com alto comprometimento e outra tendo diagnóstico de baixo comprometimento intelectual, percebendo quais foram os dificultores para que tais pessoas fossem efetivamente incluídas, baseando-se nos discursos dos responsáveis, profissionais de educação e dos próprios sujeitos. Para tanto, o desenvolvimento metodológico da pesquisa é de ordem qualitativa caracterizando-se por estudo de caso. Para o levantamento dos dados estão sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos, seus responsáveis e com os profissionais que tiveram contato com o caminhar educacional bem como com as tentativas de inclusão dos sujeitos. O levantamento de dados inicial, fundamentalmente por meio das entrevistas e análise de documentos referentes a estrutura curricular das instituições das quais os

indivíduos fizeram parte como também de seus antigos registros escolares (como cadernos), estão sendo selecionados e analisados, de acordo com a problemática inicial, com os objetivos e com o aporte teórico, de forma a permitir concluir quais foram as reais dificuldades enfrentadas para incluir os sujeitos com deficiência mental.

Entre os maiores dificultores, pode-se citar que um dos sujeitos não pôde continuar freqüentando a escola onde estava incluído por fazer parte, paralelamente, de uma instituição especializada, o que acarretaria como consequência o não envio de verbas para tal instituição. Entre os dados iniciais pode-se perceber também dificuldades metodológicas na ação pedagógica dos professores, caracterizando-se em dificuldades para incluir os sujeitos, o que acarretou o desestímulo de um destes em continuar com suas aulas justamente porque se achava incapaz de acompanhar conteúdos “difíceis”. De acordo com o caminhar da pesquisa e ao término desta, os dados serão selecionados e analisados, de acordo com categorias a serem comparadas com a problemática inicial, com os objetivos e com o aporte teórico, de forma a permitir concluir quais foram as reais dificuldades enfrentadas para incluir os sujeitos com deficiência mental.

Em suma, percebe-se que a inclusão ainda gera dúvidas e controvérsias em sua efetivação prática, compondo um pano de análise relevante e enriquecedor se contraposto com as propostas teóricas e discussões já feitas sobre essa temática. Cabe concluir que a inclusão de pessoas com deficiências mental ainda enfrenta como maior dificuldade a proposta pedagógica para trabalhar com tais sujeitos em sala de aula, como também ainda enfrenta questões políticas, que inviabilizam que todos os alunos usufruam da escola regular da mesma forma que tenham direitos de freqüentar as instituições especializadas caso isso seja necessário, sem prejuízo de nenhuma das partes envolvidas em termos de recursos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Leis, Decretos etc. **Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9.394/96**. Brasília, 1996.
KRYNSKI, Stanislaw (e colaboradores). **Deficiência Mental**. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1969.
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (orgs). **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. 2 ed. rev e atualiaz. – Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004
OMOTE, Sadao.(org). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.

Bolsa: FAPESP.